



PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DE JUVENTUDES FRENTE À CRISE CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA PARAENSE

Pedro Israel Mota Pinto¹; Karla Giovanna Gonçalves de Souza Braga².

RESUMO: Com a instituição do Estatuto da Juventude a partir de 2013, pontua-se os direitos adquiridos por essa população, relacionando com a sua participação cidadã no Estado do Pará, frente aos desafios impostos pela situação de emergência climática. Esse estudo tem por objetivo expor as necessidades políticas das juventudes do Pará, frente aos desafios climáticos que afetam seus espaços em aspectos socioeconômicos e ambientais. A partir de dados quanti-qualitativos, com levantamento de políticas públicas para juventudes do Pará, aplicação de formulário para 388 jovens, entrevistas abertas com 18 atores representantes de organizações de juventudes e culminando em uma imersão de campo com 34 instituições de juventudes e revisão bibliográfica acerca da temática abordada. A pesquisa teve como resultado a presença precária de juventudes nas políticas públicas do Estado entre os anos de 2000 e 2022, além de 69% das juventudes não se sentem incentivadas a participar da política do seu Estado, ademais, são inviabilizadas de participar das tomadas de decisão política devido suas realidades sócio-econômicas-ambientais, elencando cinco grandes desafios para isso. Conclui-se que o Estado deve projetar uma política com juventudes, que promova a participação cidadã com fomento econômico, fortalecimento de conselhos de juventudes municipais e estaduais, assim como processos de comunicação e incentivo ao exercício do ato de erguer a voz, visando a sustentabilidade através de políticas, projetos e programas mais efetivos e com qualidade para a manutenção dessas juventudes em seus territórios no Estado do Pará.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Vulnerabilidade Climática, Direito.

CITIZEN PARTICIPATION OF YOUTH IN FRONT OF THE CLIMATE CRISES IN THE PARAENSE AMAZON

ABSTRACT: With the establishment of the Youth Statute starting in 2013, the acquired rights of this population are highlighted, relating them to their civic participation in the state of Pará, facing the challenges imposed by the climate emergency situation. This

¹ Geografia, Universidade do Estado do Pará, pedromota777@gmail.com

² Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade do Estado do Pará, karlagiovannabraga@gmail.com



II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM
Mudanças climáticas e resiliências amazônicas
4, 5 e 6 de setembro de 2023
Belém – Pará – Brasil



study aims to expose the political needs of the youth in Pará, in the face of climate challenges affecting their spaces in socioeconomic and environmental aspects. Using quantitative and qualitative data, including the analysis of public policies for the youth in Pará, a survey conducted with 388 young individuals, open interviews with 18 representatives from youth organizations, and culminating in field immersion with 34 youth institutions, along with a review of relevant literature on the topic. The research revealed the precarious presence of youth in state public policies between the years 2000 and 2022. Moreover, 69% of the youth do not feel encouraged to engage in the politics of their state. Furthermore, they are hindered from participating in political decision-making due to their socio-economic-environmental realities, identifying five major challenges in this regard. In conclusion, it is evident that the state must design a policy involving the youth, one that promotes civic participation through economic support, the strengthening of municipal and state youth councils, as well as communication processes and encouragement for raising their voices. The goal is to achieve sustainability through more effective and quality policies, projects, and programs that maintain these youth in their territories in the state of Pará.

KEYWORDS: Public Policy, Environment, Sustainability, Climate Vulnerability, Rights.

PARTICIPACIÓN CIUDADANA DE JÓVENES FRENTE A LA CRISIS CLIMÁTICA EN LA AMAZONIA PARAENSE

RESUMEN: Con la promulgación del Estatuto de la Juventud a partir de 2013, se resaltan los derechos adquiridos por esta población, relacionándolos con su participación cívica en el estado de Pará, frente a los desafíos impuestos por la situación de emergencia climática. Este estudio tiene como objetivo exponer las necesidades políticas de los jóvenes en Pará, ante los desafíos climáticos que afectan sus espacios en aspectos socioeconómicos y ambientales. Utilizando datos cuantitativos y cualitativos, incluido el análisis de políticas públicas para los jóvenes en Pará, una encuesta realizada a 388 jóvenes, entrevistas abiertas con 18 representantes de organizaciones juveniles, y culminando en una inmersión en el terreno con 34 instituciones juveniles, junto con una revisión de la literatura relevante sobre el tema. La investigación reveló la precaria presencia de los jóvenes en las políticas públicas estatales entre los años 2000 y 2022. Además, el 69% de los jóvenes no se siente alentado a participar en la política de su estado. Además, se ven obstaculizados para participar en la toma de decisiones políticas debido a sus realidades socioeconómicas y ambientales, identificando cinco desafíos principales en este sentido. En conclusión, es evidente que el estado debe diseñar una política que involucre a los jóvenes, que



II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM
Mudanças climáticas e resiliências amazônicas
4, 5 e 6 de setembro de 2023
Belém – Pará – Brasil



promueva la participación cívica a través del apoyo económico, el fortalecimiento de los consejos municipales y estatales de la juventud, así como procesos de comunicación e incentivo para alzar sus voces. El objetivo es lograr la sostenibilidad a través de políticas, proyectos y programas más efectivos y de calidad que mantengan a estos jóvenes en sus territorios en el estado de Pará.

PALABRAS CLAVES: Política pública, Medio Ambiente, Sostenibilidad, Vulnerabilidad climática, Derechos.

INTRODUÇÃO

Constata-se que em 2013, o Estatuto da Juventude foi instituído, contemplando mais de 50 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos, se mostrando um importante instrumento de políticas públicas e que implementa o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), que tem como objetivo organizar, de maneira participativa, o planejamento, implementação e avaliação das ações e programas que constituem as políticas públicas para essa parcela da população. Isto é, não é coerente dizer ou expor que nossa existência não esteja nos planos políticos dos Estados. Ao contrário, não somente estamos pautados, como somos força para quando necessário ao sistema.

O documento citado prevê direitos específicos para a juventude, direitos esses que não vemos, não sentimos e não vivemos em territórios alheios às percepções do Estado. O que nos faz questionar até mesmo o nosso papel e existência enquanto jovens. Isto é, a efetivação de tais direitos ainda se mostra um desafio para agentes federais, estaduais e municipais, prejudicando juventudes do Brasil inteiro que reproduzem seus sonhos em uma vida de lutas em um cenário que apresenta crescentes desafios para esta população.

Dentre os recentes desafios para as juventudes está o agravamento do cenário climático no Brasil, no mundo e, sobretudo, na Amazônia. Nesta região que muito é



II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM
Mudanças climáticas e resiliências amazônicas
4, 5 e 6 de setembro de 2023
Belém – Pará – Brasil



atravessada por marcadores de violência nas suas diversas concepções. Com nossos corpos, nossas histórias, territórios e aquilo que entendemos como prática da vida, a nossa relação com as terras e águas amazônicas.

Em 2018, cerca de 37% do nordeste da Amazônia estava desmatado, isso representou uma perda de 34% de chuva no período das queimadas, em agosto, setembro e outubro. Gerando um aumento de temperatura de quase dois graus nos últimos 40 anos. No Sudeste, segunda região mais desmatada, com 28% de perda florestal, houve 24% a menos de chuva e a temperatura subiu 2,5 graus. A estação seca nessas regiões tem ficado mais seca, mais quente e mais longa, como apresenta Luciana Gatti et al. em seu artigo “Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change”. Em uma sociedade cujo os recursos são contraditoriamente divididos, até o nosso dormir nos fere quando o tempo, manipulado por ações externas a nossa região, nos adoece, nos mata e nos faz sentir, fisicamente, a dor do abuso que o meio ambiente sofre a cada ano.

Frente a essa contextualização é importante notar que o caminho do desenvolvimento não têm envolvido as populações amazônicas na construção de seus próprios territórios e assim como as veias abertas da América Latina, nas Amazonas se abrem meandros que soterram-se com a baixa participação da população no desenvolvimento de políticas, projetos e programas gerando, por vezes, uma série de tomada de decisões descontextualizadas que acentuam não só os impactos da crise climática mas que também desconsideram as mãos, mentes e corações responsáveis por conservar a floresta viva.

As estimativas do SEEG evidenciam ainda que a principal fonte de emissões em territórios paraenses é a mudança do uso da terra e que elas vêm em ascendência na última década devido, em especial, ao aumento do desmatamento e da incidência de queimadas na região. Para lidar de forma efetiva com a mudança do clima na



II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM
Mudanças climáticas e resiliências amazônicas
4, 5 e 6 de setembro de 2023
Belém – Pará – Brasil



região, é inevitável considerar o nexo conservação-clima-desenvolvimento-representatividade.

Enquanto o desmatamento e as queimadas contribuem para a mudança global do clima, os impactos locais deste fenômeno intensificam problemas na floresta: as estações mais intensas de seca aumentam a inflamabilidade de zonas florestais justamente no período do ciclo das queimadas (de julho a outubro, com pico em setembro), com graves impactos sociais, ambientais, e principalmente na saúde humana das populações mais vulneráveis, conforme estudo da WWF e Fiocruz. Assim, a problemática da pesquisa urge: em medida a contenção das mudanças climáticas no território paraense contemplam e estimulam a participação das juventudes?

Dessa forma, este estudo tem por objetivo expor às necessidades políticas das juventudes do Pará, frente às mudanças climáticas que afetam seus espaços em aspectos sociais e físicos. A partir do método quanti-qualitativo, com levantamento de políticas públicas para juventudes do Pará, aplicação de formulário para mais de 300 jovens, entrevistas abertas com 90 atores representantes e organizações de juventudes e imersão em campo com 34 lideranças de juventudes e revisão bibliográfica acerca da temática abordada. Sendo assim, o artigo divide-se em três partes, além da metodologia, introdução e considerações finais, expondo acerca dos dados levantados do cenário político das juventudes, as problemáticas que os atravessam e os princípios e diretrizes para a construção de uma política com participação cidadã de juventudes para o Estado do Pará.

MATERIAL E MÉTODOS

Para que mecanismos de governança – instâncias, processos e dinâmicas – sejam efetivamente capazes de favorecer a participação representativa de juventudes



II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM
Mudanças climáticas e resiliências amazônicas
4, 5 e 6 de setembro de 2023
Belém – Pará – Brasil



no planejamento, execução e monitoramento de produtos e atividades de forma avaliativa e propositiva, consideramos fundamental a escuta a pessoas de diferentes perfis para o entendimento dos mecanismos de participação cidadã existentes das juventudes paraenses, as oportunidades e limitações existentes para participação e elaboração de propostas feitas por juventudes.

Para tanto, a metodologia para esta etapa inclui: (i) mapeamento e análise políticas públicas voltadas para as juventudes no horizonte de anos entre 2000 a 2022; (ii) mapeamento de organizações e atores-chave para a pauta de juventudes no âmbito do Projeto; (iii) Desenvolvimento de uma pesquisa quali-quantitativa buscando identificar oportunidades, barreiras e anseios das juventudes paraenses entre 16 a 35 anos no que tange a criação de políticas públicas, projetos e programas; (iv) priorização de organizações, secretarias e atores a serem escutados sobre mecanismos de participação existentes, oportunidades e barreiras à participação cidadã no Pará; (v) desenvolvimento de uma agenda propositiva feita por juventudes para ampliar os mecanismos de participação cidadã, mapear problemas e co-criar propostas de resolução para os problemas mapeados.

O levantamento e diagnóstico de políticas públicas tem como objetivo o entendimento do estado da arte das políticas das políticas para juventudes no Estado do Pará entre os anos de 2000 a 2022. Essa etapa é essencial para o entendimento do contexto atual e para a proposição de novas ações ligadas a essa área. A metodologia utilizada para a realização do diagnóstico é baseada em uma pesquisa qualitativa utilizando essencialmente dados secundários com o cruzamento de dados primários obtidos em entrevistas individuais e coletivas com uma série de coletivos que trabalham com a referida temática no Estado. Abaixo estão ilustradas as etapas para esse processo:





Figura 1. Etapas metodológicas para construção do Diagnóstico sobre a atenção referente às “questões de juventudes” nas políticas estaduais desde os anos 2000 até 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Acerca dos formulários aplicados, visou entender de forma quantitativa os mecanismos de participação cidadã, desafios e oportunidades que as juventudes do Estado do Pará têm encontrado em sua trajetória e quais seus anseios políticos e sociais para o agora. Dessa forma, foi elaborado um questionário com 37 perguntas, o qual contou com a participação de 388 juventudes paraenses.

Do questionário diversos dados foram retirados para subsidiar propostas, entender prioridades elencadas pelas juventudes do Pará no que tange planos de governos, entender dificuldades e quais os melhores caminhos para a construção de projetos, programas e políticas públicas que possam mitigar os impactos da COVID-19 e da crise climática nas juventudes do Estado, assim como subsidiar os tópicos desta pesquisa para a construção de uma análise efetivamente participativa e que faça sentido para as necessidades das juventudes que no Pará nasceram.

Para a fase de entrevistas com demais juventudes do Pará, foram mapeados 90 atores, dentre os quais 47, 77% representam coletivos, ONGs e demais entes da



II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM
Mudanças climáticas e resiliências amazônicas
4, 5 e 6 de setembro de 2023
Belém – Pará – Brasil



sociedade civil organizada; 23,33% representam o poder público; 14,44% são de coletivos não formalizados e 11,11% representavam o setor da educação popular. Definir apenas um setor para a educação popular justifica-se devido a importância que o setor educacional tem para a construção da percepção das juventudes amazônicas como corpos amazônicas e sua formação política, social, cultural e econômica.

Além disso, houve a imersão em campo com 34 lideranças políticas, onde houve a construção da Agenda de Políticas Públicas, Projetos e Programas para Juventudes do Pará (2023), Figura 2, intitulada Imersão Rebujo, na qual são apontados princípios e diretrizes para a construção de uma política com a participação de juventudes no enfrentamento da crise climática em seus territórios.

Figura 2. Imersão Rebujo, 2022.



Fonte: Trabalho de Campo.





RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atravessamentos de juventudes e políticas públicas no Pará

O mapeamento de políticas públicas tem como objetivo o entendimento do Estado quanto à sua disposição em atender à juventude do Pará, relacionando essa atenção juntamente das variáveis sociais e espaciais de meio ambiente, gênero e raça. A metodologia utilizada para o mapeamento se baseou na quantificação de políticas públicas encontradas nas plataformas digitais disponíveis para a análise, perpassando pela atenção essencial de cada política pública encontrada, levando em consideração seu foco principal e seu diálogo com os descritores buscados pela pesquisa.

Vale destacar que o conceito de juventudes está relacionado não apenas ao conceito de período delimitado por idades, observando a movimentação de juventudes amazônicas pelo direito de existência em suas terras, que retira boa parte de seus anseios de serem jovens, promovendo dinamicidade com seus corpos dentro dos seus limites e das suas abrangências políticas e sociais (DAYRELL, 2005). Como pontua o autor, as juventudes são um ponto de atravessamento recorrente ao se tratar do contexto em que vivem. Neste caso, a crise climática na Amazônia.

O início do processo se deu a partir do encontro de Políticas Públicas efetivadas pelo Estado do Pará, mediante a formulação e aprovação de leis na legislação do Estado do Pará. Tendo então as seguintes buscas: Lei Ordinária, Complementares, Resoluções e Portarias, conceituadas pelo Portal da Legislação do Governo Federal. Sendo designadas pelos descritores JUVENTUDE, e seguintes sub-descritores: MEIO AMBIENTE, GÊNERO E RAÇA. Nesse ponto, serão selecionadas as políticas que podem interferir direta e indiretamente no processo de desenvolvimento da juventude no Estado, mediante as leis que corroboram para o fortalecimento e direcionamento de ações estatais para esse público alvo dentro dos parâmetros ambientais, de gênero e de racialidade.



II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM
Mudanças climáticas e resiliências amazônicas
4, 5 e 6 de setembro de 2023
Belém – Pará – Brasil



Nesse cenário, jovens amazônidas do Pará encontram-se não assistidos desde o desamparo da segurança de suas vidas no campo, como a segurança alimentar nas cidades. Em 2021, o jovem Isac Tembê foi assassinado, e segundo seus parentes indígenas, o crime partiu de policiais militares que faziam segurança privada para o dono da fazenda, onde o crime ocorreu (G1, 2021). A morte da liderança jovem indígena ocorrida em Capitão Poço, nordeste do Estado do Pará, não é um ponto fora da curva, e sim faz parte de uma longa trajetória do plano de genocídio da população indígena, do apagamento de suas histórias e destruição de suas terras.

Segundo Almeida e Almeida (2021), a fome na Amazônia é uma realidade perturbadora e triste, visto que uma região tão rica perpassa. Um forte indicador apontado pelos autores é a pobreza extrema que se instala na região, sendo os dados apresentados, a pobreza extrema na Amazônia atinge 17% de sua população, e no estado do Maranhão chega a 25%, e nos estados do Pará e Acre atinge 18%, quando a taxa nacional é de 11% (ALMEIDA E ALMEIDA, 2021). O que desencadeia quadros de violência social, atrelados aos aumentos dos preços dos alimentos, que na cidade sobretudo jovens donos de casa sofrem na pele.

De acordo com o Brota na Notícia, do Observatório das Favelas (2023), o quadro de violência com juventudes da Amazônia paraense está afetando as juventudes e conclamando-as para a luta constante no ativismo ambiental. Nela, o jovem Matheus Oliveira expressa que as mudanças climáticas reduzem sua expectativa de vida, sentida diretamente em casa, ao ser dono do seu próprio lar, junto com outros jovens. E isso o faz estar diretamente ligado na mudança do agora, na mobilização de outros jovens em movimentos sociais ambientais para assegurar a sua própria existência nessa realidade.

Toda essa realidade expressada neste tópico, expõe o quanto que a ausência de políticas públicas desenvolvidas para as juventudes, atreladas as mudanças



II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM
Mudanças climáticas e resiliências amazônicas
4, 5 e 6 de setembro de 2023
Belém – Pará – Brasil



climáticas são urgentes, e convoca juventudes, donos e donas de casa, que perdem suas vivências para a luta da sobrevivência frente a um cenário de guerra constante, que coloca suas vidas em risco, e também como o sistema econômico, que se modifica e se implica com as mudanças climáticas, se intercala com a insegurança alimentar dessa população na Amazônia.

Incentivo da participação cidadã de juventudes na construção da sociedade

Adolescentes e jovens têm altas expectativas para si mesmos(as) e para suas sociedades e estão imaginando como o mundo pode ser um lugar melhor. Ligados entre si como nunca antes por novos meios de comunicação e devido à globalização, estão impulsionando o progresso social e influenciando diretamente a sustentabilidade e a resiliência de suas comunidades e nações (UNFPA, s.d.). A participação política e cidadã dos jovens está, historicamente, associada à militância nos partidos políticos ou nos movimentos estudantis.

Em Dayrell (2005, 1999), as privações de espaço para as juventudes, geram a ausência da esperança por um futuro. É negado assim a possibilidade da construção futura, visto que são atravessados por uma existência que os nega e os coloca em um lugar de proibição de seus corpos no espaço. Para esse estudo, os corpos pautados são dissidentes por não se encaixarem nas normais padronizadas de existência, e também são jovens, em idade e em processo de vida nas suas construções espaciais atravessados pelas orientações sexuais, racialidades e identidades de gênero, e, além disso, pelas questões ambientais que os sufocam e os obrigam a tomarem decisões nocivas aos seus próprios corpos.

No entanto, essas juventudes trazem consigo ações e inovações em formas de participação social, que muitas vezes não são percebidas ou são descredibilizadas pelo caráter disperso. Cerca de 69% das juventudes respondentes ao formulário,



II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM
Mudanças climáticas e resiliências amazônicas
4, 5 e 6 de setembro de 2023
Belém – Pará – Brasil



declararam que já sentiram vontade de atuar em ações de participação cidadã, mas não conseguiram, citando como justificativas os desafios já abordados aqui. Especificamente sobre a participação política, 39,4% considera que participa das ações.

Daqueles que desejam participar, destacaram-se as juventudes com ensino médio incompleto e graduação incompleta, com 18,8% cada. Além disso, a maior incidência é dos mais jovens, entre 15 a 18 anos, mulheres e homens cis de raça/etnia autodeclarada parda. As novas formas e temas através das quais os jovens vêm se colocando na cena pública podem ser indicadores de um quadro de crise das formas tradicionais de participação, o que aponta para processos de mutação no campo da política, no qual a ação coletiva dos jovens, bem como os movimentos sociais, podem estar ocorrendo de formas múltiplas, variáveis e com níveis diversos de intervenção no social (UNFPA, s.d).

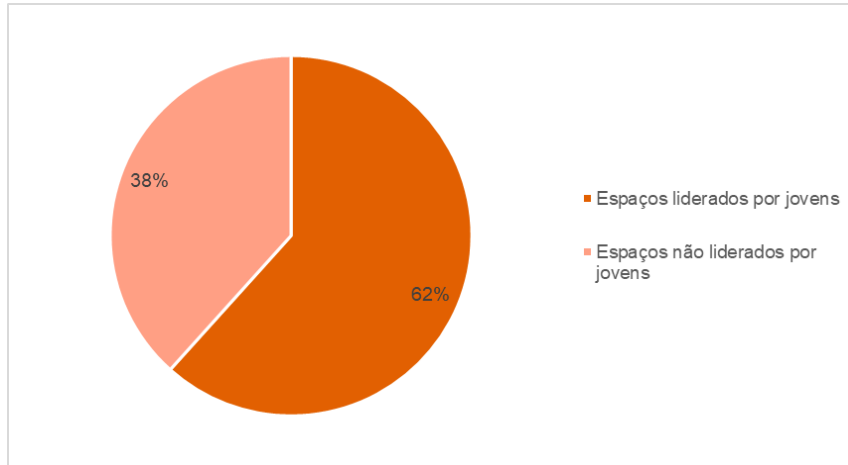
Massey (2000) e Neto (2023), dialogam acerca das influências sentidas pelas juventudes através das transformações das relações territoriais e socioespaciais na cidade, isto é, nas referências de cultura e de sensibilidade política que constroem as sociabilidades desses jovens. O que se faz necessário pensar no processo político desses atravessamentos nocivos silenciados por um sistema branco e elitizado, apresentando assim uma uma “geometria do poder” (MASSEY, 2008), estabelecida entre o que Bento (2022) apresenta como “pacto da branquitude” e essas relações territoriais historicamente instituídas. Sendo este um outro debate a ser dialogado.

Reforçando a necessidade de espaços menos tradicionais de participação das juventudes, notamos que os espaços mais convidativos são aqueles liderados por jovens e, portanto, mais passíveis de acolhimento no que tange às formas e possibilidades de atuação.





Figura 3. Imersão Rebujo, 2022.



Fonte: Trabalho de Campo.

Desafios da participação cidadã de juventudes

A ampliação da presença do jovem na esfera pública encontra desafios nas duas pontas do processo. Se por um lado é necessário modificar a estrutura das instituições para que elas se tornem mais abertas para ouvir as demandas dos jovens, por outro é igualmente fundamental fazer a juventude se interessar por política e criar uma cultura de participação (BAHIA, 2015). Inicialmente, depara-se com a grande influência do sistema educativo na participação cidadã da juventude. Os investimentos e as oportunidades necessárias para acessarem suas potencialidades e se capacitarem são essenciais na construção de oportunidades e participações efetivas.

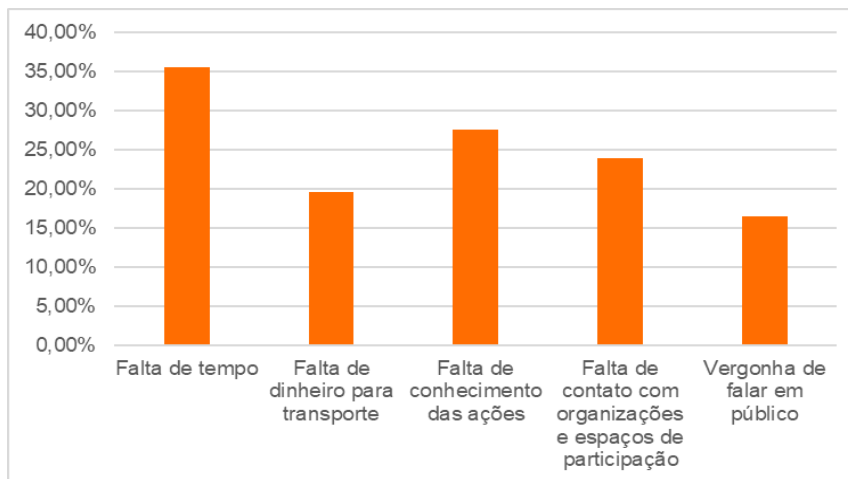
Quando questionados sobre os desafios na participação cidadã da juventude, os respondentes destacaram-se cinco principais desafios, sendo estes expressos na Figura 4:



II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM
Mudanças climáticas e resiliências amazônicas
4, 5 e 6 de setembro de 2023
Belém – Pará – Brasil



Figura 4. Imersão Rebujo, 2022.



Fonte: Trabalho de Campo.

Como principal destaque, 46,8% dos respondentes apontaram que o maior desafio enfrentado para acessar a participação cidadã é a falta de tempo. A participação, enquanto direito, permanece sendo privilégio de poucos. Fatores como a carga horária demandada para estudo, que representa 63,7% dos jovens da pesquisa, e de trabalho, seja com carteira assinada (17,5%), informal (20,4%) ou mesmo trabalhos domésticos (16,2%), como cuidar da casa e de filhos, este sendo 63% apontado por mulheres, também impedem a juventude de se fazer presente minimamente nos espaços decisórios e de participação cidadã.

Há, ainda, fatores como a distância entre os centros de decisão e outras zonas de moradia, bem como zonas periféricas nos centros urbanos, que representam 45,47% da juventude, o que também inviabiliza essa participação. Sobre esse desafio, 25,8% dos jovens apontaram a não participação de ações por falta de dinheiro para transporte.

Razoável ou quase nada, os espaços que eu estou inserido segue uma linha hierárquica e muitas vezes a juventude de terreiro não tem espaço de fala, temos que parar de estar polindo as pessoas, muitas juventudes pararam de ocupar espaços por não serem ouvidas. Temos que dar oportunidade



II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM
Mudanças climáticas e resiliências amazônicas
4, 5 e 6 de setembro de 2023
Belém – Pará – Brasil



para todos, pegar essas pessoas pelo imediatismo, conhecer as políticas. Falta mais poder e provocação. (Atitude Afro Pará, 2022)

Os desafios enfrentados para a participação política são desde questões quanto à estrutura financeira e de qualidade de vida. Os movimentos já em articulação e atuação no estado apontam que a participação política da juventude em determinados espaços é “razoável ou quase nada”, indicam também barreiras limitantes como o racismo religioso e não ter suas vozes levadas em consideração.

CONCLUSÃO

Os impactos da presença precária de juventudes nas políticas públicas do Pará, dificultam os processos identitários e contribuem para uma crise, uma vez que, ao mesmo tempo em que ele faz parte de uma concepção voltada para os ideais de autonomia, liberdade e vigor, trata-se de um sujeito muitas vezes ameaçado e limitado, exposto a realidades claramente afastadas das suas condições particulares (SOUZA; PAIVA, 2012). Acentua-se assim a dinâmica opressor/oprimido, explorador/explorado, onde aqueles que dominam são enxergados como sujeitos enquanto os dominados são enxergados como objetos (HOOKS, 2019), reforçando o desincentivo da participação cidadã das juventudes no Pará e o afastamento do lugar de sujeitos de direito, podendo resultar em timidez e dificuldade de erguer a voz.

Acerca do incentivo da participação cidadã de juventudes, é importante que as políticas formuladas para a juventude levem em conta o contexto em que os jovens estão inseridos e não só, as políticas públicas para as juventudes precisam ser pensadas com as juventudes a fim de superar a tradicionalidade das formas de atuação e promover espaços mais convidativos, acolhedores, que promovam a escuta e possibilidade efetiva de participação cidadã das juventudes, para que ao saírem do papel possam cumprir na prática o que se propôs na teoria. O levantamento dos



II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM
Mudanças climáticas e resiliências amazônicas
4, 5 e 6 de setembro de 2023
Belém – Pará – Brasil



problemas que afetam os jovens, meios de mitigação desses problemas bem como o conhecimento da realidade em que vivem, podem constituir instrumentos eficazes na elaboração e execução das ações políticas que reforcem a garantia de direitos para este público.

Sendo assim, faz-se necessário a criação de políticas, projetos e programas que possam fomentar benefícios econômicos para as juventudes na área de empregos verdes e sustentáveis, visando a mitigação da falta de tempo para dividir sua atuação em estudo e trabalho assim como a ausência de recursos para a participação cidadã. Nota-se, também, a necessidade de fomentar a inserção de juventudes em canais participativos como conselhos municipais e estaduais de juventudes para através do contato com organizações, fortalecer o conhecimento sobre as ações e fomentar o processo de endocomunicação sobre as ações. Visando assim mecanismos de direito à qualidade de vida, a fim de serem incluídos na participação cidadã, bem como promover a sustentabilidade financeira de seus corpos em seus territórios, para que promovam uma política que seja de fato democrática com a participação de juventudes para as juventudes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. T. B.; ALMEIDA, L. C. S. Fome e soberania alimentar na Amazônia: notas sobre um silêncio cada vez mais incômodo. Revista Tempo Amazônico - ISSN 2357-7274. V. 8, N. 2. 2021. p. 228-249 ALVES, D. F. Povos indígenas, juventude e direitos violados na Amazônia brasileira. Juventudes Indígenas, v. 22640, p. 142, 2017.

BAHIA, A. M. F. Participação do jovem é desafio para aprofundar democracia. Observatório da Sociedade Civil. 2015. Disponível em: <https://observatoriosc.org.br/participacao-do-jovem-e-desafio-para-aprofundar-democracia/> Acesso: 03 out. 2022.

CIDA, Bento. **O Pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.



II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM
Mudanças climáticas e resiliências amazônicas
4, 5 e 6 de setembro de 2023
Belém – Pará – Brasil



DAYRELL, J. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

DAYRELL, Juarez. **A juventude no Brasil.** SESI, n. 30, p. 25-39, dez. 1999.

G1. Morto por PMs: assassinato de Isac Tembé completa um ano e indígenas cobram respostas no PA. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/02/15/morto-por-pms-assassinato-de-isac-tembe-completa-um-ano-e-indigenas-cobram-respostas-no-pa.ghtml> Acesso em: 10, julho, 2023.

GATTI, L.V., BASSO, L.S., Miller, J.B. et al. Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. *Nature* 595, 388–393 (2021). <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03629-6>

HOOKS, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.* tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019. 380 p.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença.* Campinas: Papirus, 2000.

MOTA, Pedro. Movimento de juventudes amazônicas no enfrentamento da crise climática no norte do Brasil. OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS. 2023. Disponível em: <<https://observatoriodefavelas.org.br/movimento-de-juventudes-amazonidas-no-enfrentamento-da-crise-climatica-no-norte-do-brasil/>> acesso em: 15, agosto, 2023.

SOUZA, C; PAIVA, L. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. *Estud. psicol. Natal*, v. 17, ed. 3. Dez 2012.

UNFPA. Dados. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/content/unfpa-no-brasil>> Acesso em: 13, março, 2023.

